



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	-4. FEV. 1980
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Seguros

Quem tem medo à mudança?

J.S. Marques

Quem venha acompanhando a evolução do sector de seguros nestes últimos anos, estará, certamente, perplexo perante o súbito interesse que a imprensa afecta à direita manifesta, agora, por este sector.

Para além da mediocridade revelada pelos autores dos recentes escritos sobre as fusões das empresas de seguros nacionalizadas, mediocridade essa que nem a demagogia consegue disfarçar, o que mais impressiona, é o receio manifestado pelos seus autores perante a perspectiva de alteração qualitativa que o referido processo de fusão introduz.

Importará assim rever alguns aspectos ligados ao problema das fusões.

Poder-se-á dizer que a questão do redimensionamento do parque industrial de seguros já era anterior à nacionalização do capital privado português.

De facto já nessa altura se reconhecia a existência de uma profunda segmentação do mercado de seguro directo, expressa na seguinte composição de empresas:

Tipo de empresas	N.º
Privadas	23
Mistas	8
Mútua	4
Agências estrangeiras	31
	66

Note-se, entretanto, que sob o signo da concentração de empresas, na lógica do sistema capitalista, já figuravam nessa composição unidades seguradoras cujo redimensionamento fora um facto.

São exemplo o ISU - Império, Sagres e Universal, o MSA - Mutualidade, Soberana e Aliança Madeirense e o ACE (Agrupamento Complementar de Empresas) Mundial e Confiança (actualmente já fusionadas) etc, etc.

Esta política suicida que conduziu à proliferação de empresas de seguros, algumas das quais actuavam como meros corretores, sem dimensão que fundamentasse a sua existência, deu como resultado que no quadro de uma crise económica, financeira e estrutural que a actividade seguradora enfrentava no

período anterior à sua nacionalização, a questão de se reduzir o número de seguradoras nacionais de capital privado assumia uma importância fundamental.

Porquê então este alarido da imprensa direita nestes últimos tempos?

Isto é tanto mais de estranhar quanto é certo que esta direita retrógrada só se tem preocupado até ao momento em boicotar qualquer projecto de reestruturação do sector nacionalizado de seguros.

Não será contudo, difícil compreender os motivos desta atitude.

É bom não esquecer ou ignorar que o projecto de redimensionamento que a direita passadiça tinha antes do 25 de Abril, consistia mais exactamente na absorção das carteiras das empresas subdimensionadas, «deitando fora» a grande maioria dos seus trabalhadores.

Esse projecto mantém-se de pé, no espírito dessa direita.

Ao tentar deter qualquer perspectiva de reestruturação essa direita sabe que compromete seriamente o sector nacionalizado

de seguros, e arrastará para a inviabilização grande parte das empresas mais débeis, com as danosas consequências que disso resultaria para os trabalhadores e a própria economia nacional.

Por outro lado, retardando ou inviabilizando a reestruturação, grande parte dessa direita procura também evitar a sua confrontação com o salto qualitativo que disso resultará, conscientes que estão não possuírem capacidade para enfrentar a «mudança» que tanto agora dizem pretender.

O que está em causa são pois estas duas componentes; o ataque à nacionalização da actividade seguradora privada e o medo à mudança, face à incapacidade de a defrontarem.

Dal pretenderem confundir os trabalhadores com literatura barata e arrastar o actual Governo na confusão.

Contudo, a fragilidade dos argumentos não convence ninguém, nem mesmo a direita conservadora e coerente, nem os próprios trabalhadores, estes últimos bastante fartos de ouvi-

rem a prosa que agora pretendem impingir.

A abordagem de um tema como as fusões de um sector económico com a dimensão e complexidade técnica como é o da actividade da Indústria de Seguros, não é possível efectuar com o ânimo leve que esta direita passadiça está a tentar.

A filosofia dos projectos de fusão baseada no levantamento da realidade que se deseja reestruturar, nos seus múltiplos aspectos, económico, financeiro, recursos técnicos e humanos,

não se pode pôr em causa com a facilidade que se pretende.

O que pode estar em jogo são modelos optativos para se atingir um objectivo comum, que é o reforçar deste importante sector empresarial do Estado, cuja rentabilidade é agora uma grande realidade.

Ora a opção que se nos oferece perante as lamúrias da direita passadiça, que agita as colunas dos jornais ao seu serviço, é voltar ao antigamente, pois isso é que era bom.

Quem tem de facto medo à mudança?